

II SIMPÓSIO SOBRE FEMINICÍDIOS:

REFLEXÕES SOBRE INCIDÊNCIAS E (IN)VISIBILIDADES

23 A 25 DE OUTUBRO

CLCH - UEL

FEMINICÍDIO TRANSFÓBICO COMO “PEDAGOGIA DA CRUELDADE”: ENTRE SILENCIAMENTOS E A ESPETACULARIZAÇÃO DO FENÔMENO PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Márcio Ferreira de Souza

marciofsouza@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil

Amanda Ribeiro Oliveira

amanda.oliveira2@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil

Yara Lissá Fusconi Rodrigues

yara.fusconi@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil

Tacielle Oliveira Cruz

tacielle.cruz@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil

RESUMO: A presente proposta é desenvolvida por meio da abordagem qualitativa e tem como objeto de pesquisa a análise sobre o feminicídio no Brasil, sob o recorte da tipologia “feminicídio transfóbico”, considerando o papel dos meios de comunicação de massa entre silenciamentos e a espetacularização do fenômeno. Visamos: abordar o feminicídio transfóbico como uma tipologia relevante em suas especificidades para melhor compreensão do fenômeno; analisar teoricamente o feminicídio transfóbico a partir da noção de “pedagogia da crueldade” como categoria de análise e discutir sobre o papel dos meios de comunicação de massa quanto a divulgação de notícias de transfeminicídios ou a ausência delas, entre os extremos do silenciamento e da espetacularização. O desenvolvimento da pesquisa tem como base um levantamento bibliográfico sobre o feminicídio como fenômeno social, considerando mais especificamente a tipologia “feminicídio transfóbico”, conforme o Modelo de Protocolo Latino-americano. Num segundo momento, valendo-nos de uma pesquisa documental,

selecionamos três casos de transfeminicídio consumados e um caso de agressão física a uma travesti. A seleção dos 4 casos citados se justifica pela disponibilidade de material de divulgação nos meios de comunicação de massa (imprensa, internet etc.), considerando suas repercussões midiáticas, em diferentes graus, em âmbitos nacional e local e pelo modus operandi em comum dos feminicidas contra as vítimas, expressados pelas dinâmicas de violação, degradação e de extermínio de corpos transexuais e travestis.

Palavras-chave: transfeminicídio, pedagogia da crueldade, sociedade do espetáculo, masculinidade hegemônica.

TRANSPHOBIC FEMICIDE AS A “PEDAGOGY OF CRUELTY”: BETWEEN SILENCING AND THE SPECTACULARIZATION OF THE PHENOMENON BY THE MASS MEDIA

ABSTRACT: This proposal is developed through a qualitative approach and its research objective analyze femicide in Brazil, under the scope of the “transphobic femicide” typology. We considering the role of the mass media in silencing and spectacularizing the phenomenon. We aim: approach transphobic femicide as a relevant typology in its specificities for a better understanding of the phenomenon; to theoretically analyze transphobic femicide based on the notion of “pedagogy of cruelty” as a category of analysis; discuss the role of the mass media in disseminating news about transfemicides or the absence thereof, between the extremes of silencing and spectacularizing. The development of research is based on a bibliographic about femicide as a social phenomenon, considering specifically the “transphobic femicide” typology, according to the Latin American Protocol Model. In a second step, using documentary research, we selected three cases of completed transfemicide and one case of physical assault on a transvestite. The selection of the four cases is justified by the availability of material in the mass media (press, internet, etc.), considering their media repercussions, to varying degrees, at national and local levels and by the common modus operandi of femicides against victims, expressed by dynamics of violation, degradation and extermination of transsexual and transvestite bodies.

Keywords: transfemicide, pedagogy of cruelty, society of spectacle, hegemonic masculinity.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objeto de investigação a análise sobre o feminicídio no Brasil, sob o recorte da tipologia “feminicídio transfóbico” e apresentamos como base teórica-conceitual a noção de “pedagogia da crueldade” (Rita Segato, 2014; 2018), considerando o papel dos meios de comunicação de massa entre silenciamentos e a espetacularização do fenômeno. Elencamos três objetivos que estruturam a construção do texto: em primeiro lugar visamos abordar o feminicídio transfóbico como uma tipologia relevante em suas especificidades para a compreensão do fenômeno mais geral do feminicídio; em segundo lugar buscamos analisar teoricamente o feminicídio transfóbico a partir da noção de “pedagogia da crueldade” como categoria de análise e, em terceiro lugar, lidamos com uma discussão sobre o papel dos meios de comunicação de massa quanto a divulgação de notícias de transfeminicídios ou a ausência delas. Sob o último objetivo, consideramos os extremos entre o silenciamento e a espetacularização do fenômeno, particularmente quando lidamos com casos de assassinatos ou tentativas de assassinatos de mulheres travestis e/ou transexuais.

O texto está estruturado em duas partes, além da presente introdução e das considerações finais. Partimos de uma abordagem teórica, apresentando uma breve caracterização do conceito de “transfeminicídio” e sua incursão no contexto brasileiro. Levamos em consideração a forma como o tema tem sido abordado pelos meios de comunicação de massa, de um modo geral, tratando de casos de violências contra travestis e transexuais no Brasil, seja em relação a feminicídios tentados e consumados. Do ponto de vista teórico, na primeira parte evocamos duas noções, no âmbito das ciências sociais: a “pedagogia da crueldade”, conforme Rita Segato (2014) e a “sociedade do espetáculo”, de Guy Debord (1997). A partir do levantamento da documentação - a se considerar matérias jornalísticas e de audiovisual divulgadas na Internet e nas redes sociais -, discorreremos sobre o modo como, em geral, são construídas as formas de comunicação acerca desse tipo de crime (transfeminicídio) pela mídia de massa no Brasil. Em nossa análise, centrada na segunda

parte do texto, buscamos refletir sobre dois processos extremos: os silenciamentos e a espetacularização em relação às notícias sobre ocorrências de transfeminicídio no Brasil. Como desdobramento, elaboramos nossa indagação central por intermédio da pergunta: A veiculação de notícias de transfeminicídio pelos meios de comunicação de massa no Brasil

tem contribuído para o processo de conscientização sobre a necessidade de combate às altas estatísticas do fenômeno ou tem contribuído para a manutenção de uma pedagogia da crueldade, no sentido abordado por Rita Segato?

A pesquisa foi desenvolvida por meio da abordagem qualitativa. Valemo-nos de uma pesquisa documental e selecionamos três casos de transfeminicídio consumados. Trata-se dos casos que vitimaram Dandara dos Santos, em Fortaleza, Ceará, no ano de 2017; Quelly da Silva, assassinada em Campinas, São Paulo, em 2019 e Cássia Vieira, em Uberlândia, Minas Gerais, em 2024; além de um caso de agressão física contra Luara Silva, agredida em Uberlândia, Minas Gerais, em 2021. A seleção dos 4 casos citados se justifica pela disponibilidade de material de divulgação nos meios de comunicação de massa (imprensa, internet etc.), considerando suas repercussões midiáticas, em diferentes graus, em âmbitos nacional e local e pelo *modus operandi* em comum dos feminicidas contra as vítimas, expressados pelas dinâmicas de violação, degradação e de extermínio de corpos transexuais e travestis.

Nosso processo analítico foi conduzido com o auxílio da análise de conteúdo (Bardin, 1977; Bauer, 2015), a partir da qual construímos um “referencial de codificação” ajustado às considerações teóricas e aos materiais levantados para, em seguida estabelecermos categorizações com o intuito de identificar padrões de notícias para verificar se estão (ou não) vinculados aos objetivos propostos em nossa pesquisa.

1. - NOTAS SOBRE O CONCEITO DE TRANSFEMINICÍDIO EM ARTICULAÇÃO COM BASES TEÓRICAS: “PEDAGOGIA DA CRUELDADE” E “SOCIEDADE DO ESPETÁCULO”

1.1. Transfeminicídio no contexto brasileiro

O tema “transfeminicídio”, ainda que pouco explorado na academia, sobretudo no campo das Ciências Sociais, vem despertando, paulatinamente, mais interesse investigativo. Do ponto de vista jurídico, Emerson Erivan de Araújo Ramos (2022: 1075) apresenta uma contribuição ao analisar “o desenvolvimento e as funções do conceito de transfeminicídio como uma categoria jurídico-sociológica”. Transfeminicídio torna-se, portanto, um conceito útil de análise, tributário da aplicação do conceito mais amplo de feminicídio e encontra suas raízes no próprio movimento transfeminista. Em suma, o transfeminicídio se refere a “crimes violentos letais intencionais contra travestis e mulheres transexuais” e se expressa como

“instrumento de análise desse fenômeno, útil para localizar as demandas do movimento transgênero” (Ramos, 2022: 1075). No âmbito sociológico, encontramos em Berenice Bento uma contribuição na abordagem sobre o feminicídio publicada em 2014, antes mesmo da própria aprovação da Lei do Feminicídio que seria implementada no ano seguinte. Em curto texto intitulado “Brasil: o país do feminicídio”, Bento, a partir de uma fonte estatística da ONG Internacional Transgender Europe, relativa ao ano de 2013, destaca o triste quadro do Brasil como “o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo” (Bento, 2014: 2). Num espaço de cinco anos - entre janeiro de 2008 e abril de 2013 - 486 casos de mortes de pessoas trans foram registrados, colocando o Brasil na posição dianteira no ranking de transfeminicídio separando-o em quatro vezes ao segundo colocado - o México - nos registros de mortes. Bento ainda alerta para o fato de tais dados serem subestimados. É nesta linha de abordagem crítica à provável subestimação de dados que Bruna Benevides (2024), em publicação mais recente - o Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais, divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) -, observa que os dados de transfeminicídio “não seguem um padrão e há muitos casos em que não existe respeito à identidade de gênero ou mesmo ao nome social das vítimas quando da veiculação dos casos na mídia”. Podemos dar um exemplo a partir do ocorrido com Laura Vermont, uma travesti de classe média, assassinada em 2015, aos 18 anos. Laura foi agredida em área pública na Zona Leste de São Paulo, por cinco homens desconhecidos dela. Não detalharemos aqui sobre este caso, mas fazemos este registro com o intuito de argumentar que se trata, no dizer de Souza e Mariano (2024: 11) de um caso “emblemático do esquecimento e abandono, por parte do Estado, das mulheres trans e travestis”, tendo em vista que nele, além dos cinco responsáveis pelo espancamento da jovem, dois policiais militares que deveriam ser os responsáveis pelo registro de ocorrência e pela proteção da jovem, tornaram-se seus algozes em uma narrativa de mentiras e de falsos depoimentos. Este é apenas um exemplo dos obstáculos para coleta de dados mais concretos sobre transfeminicídio, “além de invisibilizar a motivação do caso e aumentar a subnotificação” (Benevides, 2024: 38).

1.2 Espetáculos da Crueldade

Antes de descrevermos especificamente sobre os quatro casos selecionados para nosso estudo, adiantamos que por meio deles é possível constatar elementos teóricos que contribuem para compreendermos o fenômeno do transfeminicídio à luz das reflexões de Rita Segato acerca do empreendimento pedagógico calcado na “crueldade”, como processo de dominação e poder sobre os corpos femininos.

Os casos selecionados revelam o poder exercido pelo que Segato (2018: 40) denomina “mandato da masculinidade”. Isto é, uma espécie de indução ao homem de provar-se homem o tempo todo, para diferenciar-se do feminino. Afinal, aqueles que cometem feminicídios são hegemonicamente os homens. A Lei do Feminicídio (Lei 13.104/15) trata de uma categorização de crime de assassinato que envolve violência “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. Neste sentido, considera-se, portanto, o crime que envolve: “I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

Aqui entramos numa seara mais complexa sobre a qual importa chamarmos atenção para o próprio processo de implantação da Lei 13.104/15. Mariano e Souza (2023), descrevem sobre o processo de tramitação da referida Lei, que foi iniciado no Senado Federal em 15 de julho de 2013 e recebido na Câmara dos Deputados em 14 de dezembro de 2014, passando a tramitar como PL nº 8.385/2014. O projeto obteve sua aprovação em 3 de março de 2015, tendo sido encaminhado logo em seguida à sanção presidencial. O ponto que aqui nos interessa diz respeito à retirada do termo “gênero” no texto da Lei 13.104/15. Questão discutida por Bruna Angotti e Regina Stela Corrêa Vieira (2020). As autoras abordam a controvérsia gerada a partir do termo gênero que, acabou sendo retirado do texto e foi substituído por “condição de sexo feminino”. Neste sentido, Mariano e Souza (2023: 7) comentam que a substituição do termo “gênero” no texto da Lei do Feminicídio, “do ponto de vista teórico, epistemológico e das práticas [...] incorre na possibilidade de invisibilizar e silenciar, por exemplo, as mulheres transexuais, potenciais vítimas de violências”.

Voltando à noção de “pedagogia da crueldade”, ao acompanharmos a argumentação de Segato sobre o “mandato da masculinidade”, podemos compreender que a masculinidade – se considerada em termos de uma “masculinidade hegemônica” - ecoa como um processo de hierarquia de poder e prestígio. Frente à simplificação imposta por uma pedagogia da

crueldade, esta “masculinidade hegemônica” poderá se provar por meio da violência contra mulheres (cis, trans, travestis). A noção de masculinidade hegemônica se efetiva a partir das relações de poder que resultam em um modelo hegemônico que tem como base uma representação paradigmática do homem heterossexual, branco e pertencente à classe dominante (Kimmel, 1987). A socióloga australiana R. Connell e J. W. Messerschmidt (1985) também apresentou contribuições sobre a noção de “masculinidade hegemônica” com avanços críticos ao apontar para diferenciados padrões de masculinidades, como as de subordinação, de cumplicidade e marginalizadas. De todo modo sugerimos que, independentemente do grau de hierarquia das masculinidades, a noção de “mandato da masculinidade” é bastante reveladora do processo de subalternização das mulheres, impondo a elas “pedagogicamente” o ensino qual é “o seu lugar” diante de tal mandato.

Consequentemente, a “lição pedagógica” sobre o lugar social de submissão que as mulheres devem ocupar na estrutura hierárquica encontra na violência um forte efeito. Segato (2018: 11 - tradução nossa) argumenta, por exemplo, que “a repetição da violência produz um efeito de normalização de uma paisagem de crueldade e, com isso, promove nas pessoas a

baixos limiares de empatia essenciais para a empresa predatória”. Neste sentido, a crueldade como expediente “habitual” está proporcionalmente articulada “às formas do prazer narcisista e consumista e do isolamento dos cidadãos através da sua dessensibilização ao sofrimento dos outros”.

Nos casos concretos de transfeminicídios que aqui citamos, entendemos que é possível refletir sobre processos antagônicos de silenciamentos de mulheres transexuais e travestis, considerando o grau extremo de violência a que são submetidas como cruel “lição pedagógica”. As mortes dessas mulheres trans nem sempre são noticiadas pelos meios de comunicação de massa, dada a marginalização desses corpos. Por outro lado, quando ganham as manchetes, isso ocorre por meio de uma espetacularização da notícia. Principalmente em casos mais extremos de violência, que podem chocar ainda mais o público consumidor das notícias. Não importa como, o ato de ceifar uma vida é por si se trata de uma violação do direito fundamental que deve assistir a todas as pessoas. Há, portanto, uma dimensão simbólica no modo como o ato - no caso do feminicídio - é praticado.

Guy Debord (1987), com sua abordagem sobre a “sociedade do espetáculo”, nos serve de referência no sentido de nos iluminar em nossa compreensão sobre a espetacularização da violência. Os casos mais específicos que descrevemos no item seguinte, são bastante

reveladores de como se prestam ao exercício da espetacularização da notícia pelo alto grau de crueldade com que os transfeminicídios foram executados. O fato de os próprios autores dos crimes exporem suas vítimas - há casos de registros de imagens das cenas de violências - e no modo como tais crimes são divulgados publicamente pelos canais oficiais de propagação das notícias e pelas próprias redes sociais, são reveladores do menosprezo pelas vítimas por sua condição de gênero.

2. RELATOS E ANÁLISES DE CASOS DE TRANSFEMINICÍDIOS

Sintetizamos, a seguir, os três casos de transfeminicídios que compõem nossa amostra e a eles adicionamos um caso de agressão a uma transexual - uma sobrevivente. Em nosso entendimento, tais episódios podem ser analisados à luz das noções de “pedagogia da crueldade” (Segato, 2014) e de “sociedade do espetáculo” (Debord, 1987). A espetacularização da violência, pela via dos meios de comunicação de massa, também se estabelece como um modo pedagógico de afirmação do status e do poder masculino.

2. 1 Dandara Ketley: a naturalização da crueldade e o espetáculo da violência

Dandara dos Santos, conhecida como Dandara Ketley, foi uma travesti assassinada no dia 15 de fevereiro de 2017 em Fortaleza, Ceará. O motivo do crime foi supostamente por “roubo”. Dandara, que realizava programas sexuais, havia comentado com a sua mãe que iria “andar de moto com um cliente”. Ao sair da casa, 12 homens vieram em sua direção e começaram a agredi-la violentamente, com vários golpes, chutes, por todo o seu corpo. No decorrer do ato, Dandara se desespera e tenta lutar por sua vida, gritando por sua mãe ou chamando por alguém para socorrê-la. Porém, não obteve sequer nenhuma ajuda que desse fim à violência. Três dos homens a levaram para outro local próximo à sua casa. Foram registradas em vídeo, pelos próprios agressores, as imagens das violências contra Dandara. Seus agressores zombavam dela enquanto filmavam as agressões. Com uma arma de fogo apontada para a cabeça da vítima dispararam dois tiros, assassinando-a brutalmente. Dandara Ketley faleceu aos 42 anos de idade (Xerez, 2024).

O caso teve ampla repercussão nas mídias sociais, principalmente no *Facebook*, onde circularam os vídeos com as imagens do ato, pois um dos agressores, 16 dias após o ocorrido, fez a postagem do vídeo. O episódio ficou conhecido nacionalmente devido a publicização do vídeo e o impacto gerado pela extrema violência cometida contra Dandara. Trata-se, portanto, de um crime de transfeminicídio, motivado em razão de transfobia.

Em 21 de março de 2017 os suspeitos do crime contra Dandara foram identificados e denunciados pelo Ministério Público do Ceará. Cinco dos réus foram condenados pelo assassinato de Dandara. No dia 5 de abril de 2018, a juíza Danielle Pontes, recebeu a denúncia, e foi legada a sentença contra os réus, sendo um processo monitorado por “Tempo de Justiça”, acompanhando os homicídios, com autoria esclarecida. Entretanto, um dos agressores, Júlio César, recorreu da decisão de pronúncia, em que determina que o réu seja

levado a júri e por isso não foi julgado. Por meio do Conselho de Sentença, o 1º Tribunal do Júri de Fortaleza, condenou os outros réus pelo crime, uma pena em regime inicialmente fechado e sem direito a pedir uma liberdade. Francisco José Monteiro de Oliveira Júnior foi condenado a 21 anos de prisão por homicídio triplamente qualificado. Foi ele quem levou Dandara ao local para a execução. Jean Victor Silva Oliveira, Rafael Alves da Silva Paiva e Francisco Gabriel Campos dos Reis foram condenados a 16 anos cada, também por homicídio triplamente qualificado. Um usou a arma e o restante usou outros objetos no decorrer do ato. Isaías da Silva Camurça foi condenado a 14 anos e seis meses por homicídio duplamente qualificado (motivo torpe e meio cruel). Interessante observar que não foram condenados pelo crime de “feminicídio”, o que por sua vez teria elevado suas penas. Cabe aqui lembrar o alerta de Bruna Benevides (2014) sobre o desrespeito à identidade de gênero das mulheres transexuais e travestis (MPCE, 2018).

Em “Contra-Pedagogia da Crueldade” (Segato, 2018), descreve sobre uma pedagogia que ensina os indivíduos a aceitar, naturalizar e normalizar as práticas como formas de violência, crueldade, exploração e uma certa objetificação dos sujeitos no contexto capitalista contemporâneo. Ela argumenta:

Naturalmente, as relações de gênero e o patriarcado desempenham um papel relevante como cena prototípica deste tempo. A masculinidade está mais disponível para a crueldade porque a socialização e o treinamento para a vida do sujeito masculino o obrigam a desenvolver uma afinidade significativa, em uma escala de tempo histórica profunda, entre masculinidade e guerra, masculinidade e crueldade, masculinidade e distanciamento, masculinidade e baixa empatia. (Segato, 2018.:13)

A prática de uma crueldade é colocada de maneira naturalizada visto que, nas determinações de papéis sociais, o patriarcado domina os sujeitos para lucrar e consumir qualquer ato de violência, de modo que seja um processo “educativo”. Nesse aspecto, as mulheres são tratadas como meros objetos de consumo para a mercantilização e exploração do corpo. Segato menciona sobre a questão de violência de gênero que é recorrente, pois o fenômeno do feminicídio está enraizado nas sociedades como mecanismo de controle que perpetua uma desigualdade social e, também, como forma de manifestações do sistema patriarcal, seja manifestado nas relações de poder econômicas ou políticas. Então, os crimes e atos de violência contra mulheres e os crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA +, são ações de reafirmação do poder masculino, relacionadas às necessidades de os homens demonstrarem sua força e nas circunstâncias sociais, negando qualquer suspeição de sua fragilidade.

Guy Debord (1987) produziu uma crítica sobre como a sociedade moderna é dominada por uma espetacularização em que a realidade social seria somente uma representação de ferramentas alternadas, apresentadas por imagens, símbolos, vídeos, teatros etc. “O espetáculo é o momento em que a mercadoria chega à *ocupação total da vida social*” (Debord, 1987: 42). No contexto capitalista, ele molda a vida em uma certa experiência de consumo visual e simbólico, na qual tudo é transformado em “produto” para consumir e satisfazer tal desejo mediado pelas interações sociais e que, por isto, o fetichismo da mercadoria coloca a sociedade dominada por ‘coisas suprassensíveis embora sensíveis (Debord, 1987:36). O caso do assassinato de Dandara a revela como uma vítima de um espetáculo do sofrimento compartilhado nas mídias sociais. Contudo, analiticamente serve como uma ilustração da pedagogia da crueldade e da sociedade do espetáculo. Nesse sentido, o corpo de Dandara foi exposto tal qual um objeto para mercantilizar sua produção econômica, em outras palavras, o lucrar com o seu sofrimento. Foi compartilhado nas redes sociais para um público que, em geral, não problematiza o crime, mas sim o naturaliza.

2.2 Quelly da silva: vítima da desumanização fomentada pela hierarquia do patriarcado

Quelly da Silva, uma travesti de 35 anos, foi assassinada em Campinas (SP), em 2019, dentro do bar de sua família. Seu assassino, Caio Santos de Oliveira, de 20 anos, foi abordado pela polícia na noite do crime por ter tido atitude suspeita ao avistar a viatura e

acabou por confessar o assassinato. Com isso, ele levou os policiais até o bar e ao chegarem lá avistaram Quelly com feridas no rosto e na cabeça, causados por vários golpes de uma garrafa de vidro, ela se encontrava também com o tórax aberto e no lugar de seu coração, havia uma santa, no site estrangeiro *TDoRInfo*, foi possível encontrar a informação de que era uma imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida (TDoRInfo, 2019). O assassino ainda disse que o coração estava guardado consigo e o órgão foi encontrado na casa do criminoso, enrolado em um tecido e guardado embaixo de seu guarda-roupa.

Segundo a Polícia Militar, Caio relatou que conheceu a vítima na noite anterior ao crime e que teve relações sexuais com ela. Confessou ter roubado os aparelhos celulares de Quelly e seu companheiro, os documentos que estavam com a vítima e R\$1,5 mil do caixa do bar, itens os quais foram recuperados pela Polícia Militar (Portal Geledés e G1 Campinas e Região, 2019). A partir disso, o crime foi registrado como latrocínio, ou seja, roubo seguido de morte, sendo o homicídio considerado doloso (Portal Geledés e G1 Campinas e Região, 2019). No entanto, o assassino foi considerado isento de pena e recebeu absolvição, já que sucedeu de ser diagnosticado como portador de esquizofrenia em exame feito por médico psiquiatra, que afirmou que o ele não teria total consciência de seus atos criminosos (Dol, 2019).

Durante a pesquisa do caso, foi encontrada uma fala do companheiro da Quelly que fazia parecer com que o assassinato não se tratasse de transfeminicídio, já que ele disse acreditar que Caio a matou aleatoriamente, afirmando que naquela mesma noite, os vizinhos do comércio ouviram o assassino dizendo que “precisava matar alguém para não morrer” (G1 Campinas e Região, 2019). Porém, ao ser entrevistado, o repórter perguntou para ele o motivo pelo qual ele assassinou Quelly, e sua resposta foi que “*ele* era um demônio, eu arranquei o coração dele. É isso”. Ademais, perguntaram a ele o que o motivou a matá-la, e Caio respondeu: “não foi o que me motivou, foi o que *ele* fez”, o autor do crime ainda completa dizendo: “*ele* fez tudo, *ele* fez a droga, fez o celular, fez a câmera. Quem fez vocês foi Deus, né” (G1 Campinas e Região, 2019). Com esse depoimento, vemos a ênfase do criminoso em acreditar que a vítima era, de fato, um demônio, afirmando, portanto, que não, ele não matou a Quelly vendo-a como apenas uma pessoa aleatória no bar.

Diante disso é possível chegar à uma indagação: Por que Caio teria relações sexuais com uma pessoa que ele considera como sendo um demônio? Uma possível resposta, em nosso entendimento, seria que o homicida queria mostrar ser alguém que ele não é, mostrar

pensar de uma forma que ele não pensa. Tudo isso pelo simples fato de ele sentir a sua masculinidade afetada ao ter tido relações com uma mulher trans e, então, para reparar tal ato, cometeu o crime de assassinato contra Quelly. Essa resposta pode ser justificada ao mostrar que em um dia ele havia tido relações sexuais com a vítima e no outro estava dizendo que precisava matar alguém para não morrer, e a partir desse segundo momento, ele já não estava se referindo a alguém qualquer, tinha que ser a Quelly, porque foi ela quem o teria feito ter relações sexuais com uma pessoa trans.

A justificativa que apresentamos para responder a indagação encontra suporte na ideia de “pedagogia da crueldade” (Segato, 2014). A autora considera “que tanto os feminicídios como os crimes homofóbicos, os assassinatos de travestis e de pessoas trans, são todos crimes do mesmo tipo, quer dizer, crimes do patriarcado contra tudo aquilo que desafia a ordem, a hierarquia patriarcal” (Segato, 2014:20 - tradução nossa). A desumanização que o assassino, a mídia e a sociedade fazem da vítima, pode ser explicada pela lógica do patriarcado, vinda como uma forma de reforçar a masculinidade do agressor. A pedagogia da crueldade nos apontará, então, que estamos inseridos num sistema em que há a normalização da violência, e que o assassinato não é apenas um ato isolado, mas parte de um processo educativo que ensina a opressão e coisificação do outro.

Em relação à “sociedade do espetáculo” (Debord, 1987), pode-se inferir que o assassinato de Quelly se insere no contexto de espetáculo social, que consome a dor e o sofrimento da vítima que acaba por ser marginalizada pelo seu assassino. Debord afirma que: “o espetáculo, compreendido na sua totalidade, é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente” (Debord, 1997:8). Não é apenas sobre imagens públicas nas plataformas digitais, mas sim uma questão de contexto social contemporâneo, que molda a realidade coletiva das pessoas atualmente.

2.3 Cássia Vieira: uma morte “desritualizada”

Cássia Vieira, de 45 anos, teve sua vida ceifada no dia 02/05/2025 e foi encontrada em sua residência três dias depois. As autoridades foram chamadas após uma denúncia de seus vizinhos que estranharam o sumiço de Cássia, apesar de continuarem ouvindo sons dos eletrônicos vindos da casa dela. Assim, as autoridades, ao adentrarem a residência da vítima, encontraram-na sem vida no chão de seu quarto. Segundo as testemunhas, a mulher possuía

diversos ferimentos distribuídos por seu pescoço e tronco, de forma mais específica, nove ferimentos, causados por um objeto perfurocortante, um canivete.

Após a abertura das investigações, observou-se que o maior suspeito de cometer o crime era seu ex-namorado, fato que se concretizou através de seu depoimento realizando uma confissão do homicídio de Cássia. Segundo familiares, o ex-namorado costumava passar dias na casa da vítima e, inclusive, deixava roupas no imóvel. Além disso, Cássia emprestava dinheiro ao sujeito constantemente, chegando a uma dívida de R\$1.500,00 com sua namorada. Para a família, Cássia dizia que sua relação era boa e saudável, no entanto, amigos próximos contaram que a aconselharam diversas vezes a terminar a relação devido às brigas e agressões que ocorriam dentro do relacionamento.

Cerca de um mês antes do crime, o agressor confessou a Cássia que era casado e ela, por sua vez, por amá-lo, pediu que terminasse sua relação, como afirma sua sobrinha: "Ela o amava, pediu para que ele terminasse o casamento para que pudessem ficar juntos" disse uma sobrinha de Cássia, que preferiu não se identificar. (Reis, 2024). O agressor, no entanto, decidiu manter o casamento e foi neste momento que Cássia resolveu colocar um fim em sua relação com ele. Nesse contexto, Cássia passou a cobrá-lo de sua dívida que possuía com ela e, dias antes do crime, o sujeito entrou em contato com a mãe da vítima, prometendo que conversaria pessoalmente com Cássia e lhe pagaria a dívida.

Acerca do crime, é importante destacar uma fala da sobrinha da vítima que afirma:

Eu não acho que ele tenha a matado só por causa da dívida. É muita raiva envolvida. Se ele iria lá só para conversar, por que levou um canivete? Acho inclusive que ele tenha algum preconceito por ela ser uma mulher trans, a relação deles era só dentro de casa", disse a sobrinha (Reis, 2024).

Com base no caso e nesta afirmação da familiar da vítima, pode-se realizar uma articulação com a Rita Segato (2014: 11), em sua afirmação de que a pedagogia da crueldade se reveste em "atos e práticas que ensinam, habitam e programam assuntos para transmutar o que é vivo e sua vitalidade nas coisas. [...] Esta pedagogia ensina algo. Isso vai muito além de matar, ensina como matar com uma morte desritualizada, de uma morte que quase não deixa resíduos no lugar do falecido". Assim, observamos que o "transfeminicídio" de Cássia corresponde à noção de pedagogia da crueldade uma vez que ela teve sua vida ceifada,

por meio de uma morte desritualizada, que desumaniza a pessoa, deixando poucos, ou quase nenhum, resíduo no lugar da vítima.

2.4 Luara Silva: a violência é apenas “uma brincadeira de mau gosto”?

Algumas observações mais específicas sobre o caso Luara Silva merecem ser destacadas e justificadas por sua inclusão na amostra. Ela foi violentamente agredida enquanto estava realizando um trabalho social, no Viaduto da BR 050, no município mineiro de Uberlândia, em outubro de 2021. À época do ocorrido, Luara ocupava a presidência da Associação Triângulo Trans. De um carro ocupado por cinco pessoas, incluindo uma mulher cis, desceu um homem de 23 anos que estava no banco do passageiro e a derrubou violentamente no chão, dando-lhe uma rasteira. Ela é pega de surpresa e não tem nenhuma chance de se defender. O ato foi filmado pelo próprio motorista do carro. Enquanto isso, os outros passageiros riam e debochavam da cena. O vídeo foi compartilhado nas redes sociais do agressor.

Ainda que não tenha sido juridicamente julgado e nem qualificado como um caso de feminicídio tentado, nós o incluímos em nossa amostra por entendermos como um evento ilustrativo de uma "pedagogia da crueldade", além de ter sido um ato, por suas consequências, representante de uma "espetacularização" da violência, tendo em vista a farta divulgação da cena de agressão nos meios de comunicação de massa. À Luara, o grupo agressor decide aplicar por meio da violência uma pedagogia que se vale da provocação de uma estabilização emocional da vítima e do medo. Em entrevista a um programa de TV local ela relatou que se sentia bem fisicamente, “mas psicologicamente afetada e assustada”. Revelou o seu medo de voltar às ruas. Luara ainda afirmou à mesma reportagem que, na noite anterior, outras garotas de programa relataram que foram atacadas por ocupantes de outro veículo, que arremessaram ovos contra elas.

O tratamento midiático do caso, em geral, focou muito mais nas imagens da agressão gravadas pelos próprios colegas do agressor e ele próprio disponibilizou o vídeo em seu canal no Instagram. As imagens foram reproduzidas pelos canais oficiais de comunicação de massa, como as matérias da TV Integração (TV Integração, G1 Triângulo e Alto Paranaíba, 2021) e pela emissora SBT, esta última disponibilizou o vídeo sobre a matéria em seu canal do YouTube, o SBT News. Em uma matéria de 2 minutos e 51 segundos, a cena da agressão

foi reproduzida por 24 vezes, explorando a espetacularização da cena. Ademais, uma repórter, em seu comentário, apontou a agressão à Laura como “uma brincadeira de mau gosto”. O mesmo argumento foi utilizado pelo advogado do agressor que alegou que o ato representou “30 segundos de inflexão da consciência humana”. A resposta de Luara foi a de que “em 30 segundos se mata uma pessoa”. Ainda que haja a recusa, por parte do advogado, de que foi um ato impensado, o fato do grupo ter parado o carro e ter filmado a agressão, por si só é revelador de que foi uma agressão planejada (SBT News, 2021).

Não temos a pretensão de tomar aqui o caso específico de Luara como feminicídio tentado, pois qualquer tipificação deve ser trabalho da justiça, mas cabe-nos reforçar que, conforme relatou Luara “em 30 segundos se mata uma pessoa”. Ela esteve exposta a uma agressão que poderia ter resultado em sua morte. De todo modo, o episódio serve para refletirmos, também, sobre os feminicídios tentados. Acompanhamos uma linha de raciocínio preconizada por determinados grupos ativistas e pelo próprio Laboratório de Estudos de Feminicídios (Lesfem), da Universidade Estadual de Londrina, que considera como relevante o registro e a atenção para os dados referentes aos feminicídios tentados, por meio da justificativa “pelo próprio impacto negativo que causa na vida das mulheres, de suas famílias, da comunidade e no conjunto da sociedade” (Mariano, 2024:12). Além do mais, há o entendimento de que do registro de feminicídios tentados possibilitar uma contribuição “para reflexões sobre a efetividade das Medidas Protetivas de Urgência (MPU), enquanto mecanismo de proteção à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, conforme previstas na Lei nº 11.340/2006 - “Lei Maria da Penha”. Considerando que os dados sobre feminicídios tentados são subdimensionados, provocando uma invisibilidade sobre o fenômeno, julgamos que a inserção do caso Luara nos permite uma reflexão sobre a questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De posse da literatura teórica e dos elementos conceituais que direcionaram nossas reflexões, sobretudo em relação à perspectiva de Segato, reconhecemos que uma pedagogia da crueldade se constituiu historicamente como fruto de um processo colonizador, mantido pelo patriarcado se afirmando como um dos eixos centrais de uma estrutura de violência contra as mulheres (cis, trans), ao passo que estende o seu poder – um poder de natureza masculina.

Ao analisarmos os quatro casos aqui apresentados, concluímos que as tragédias transfeminicidas e as violências contra mulheres transexuais e travestis, em geral, não devem ser entendidas como eventos isolados, muito pelo contrário, são partes de uma narrativa maior. É, desse modo, um reflexo da estrutura social atual que legitima a opressão. Dandara, Quelly e Cássia não foram apenas vítimas da brutalidade dos homens que as assassinaram e Luara não foi tão somente a vítima de uma “brincadeira de mau gosto” de um grupo de homens. As quatro foram vítimas de toda uma sociedade patriarcal e misógina. Assim como todas as mulheres que foram e são agredidas, exterminadas ou não. São mulheres desumanizadas, objetificadas como consumo para uma sociedade do espetáculo. Procede-se, a partir dessas mulheres e de tantas outras que se foram assassinadas, uma objetificação e artificialização das experiências que já não são mais vividas em sua essência, e que fazem com que qualquer experiência que venha a ser diferente do padrão determinado pela hierarquia patriarcal seja condenada, marginalizadas e oprimidas pela sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa edições 70, 1977.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 189-217.

BENTO, Berenice. *Brasil: país do transfeminicídio*. Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos, 4 jun. 2014. Disponível em: <https://clam.org.br/acervo-site-clam/artigos-e-resenhas/brasil-pais-do-transfeminicidio-5/21935/>. Acesso em 12 set. 2024.

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v.21, n.1, abr. 2013, p. 241-282.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOL. *Homem que matou e arrancou coração de travesti é absolvido*. DOL (Portal), PA: 28 de outubro de 2019. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/brasil/538492/homem-que-matou-e-arrancou-coracao-de-travesti-e-absolvido?d=1#:~:text=A%20Justiça%20de%20Campinas%20%28SP%29%20absolveu%20Caio%20Santos,bar%20no%20Jardim%20Marisa%2C%20em%20janeiro%20deste%20ano.> Acesso em: 29 de nov. 2024

G1 CAMPINAS E REGIÃO. *Companheiro de travesti que teve o coração arrancado diz que autor não pode viver em sociedade*. G1 Campinas e Região (Portal), SP: 23 jan. 2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/23/companheiro-de-travesti-que-teve-o-coracao-arrancado-diz-que-autor-nao-pode-viver-em-sociedade.ghml>. Acesso em: 29 de nov. 2024.

G1 CAMPINAS E REGIÃO. Homem é preso em Campinas após matar e guardar coração da vítima em casa. *G1 Campinas e Região* (Portal), SP: 21 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/21/homem-e-preso-em-campinas-apos-matar-e-guardar-coracao-da-vitima-em-casa.ghml>. Acesso em: 29 de nov. 2024

XEREZ, Gioras. Relembre a história de Dandara dos Santos, travesti que dá nome ao projeto de lei que aumenta a pena de LGBTcídio. *G1 Ceará* [Portal], 6 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2024/07/06/relembre-a-historia-de-dandara-dos-santos-travesti-que-da-nome-ao-projeto-de-lei-que-aumenta-a-pena-de-lgbtcidio.ghml>. Acesso em 29 nov.2024

GELEDÉS. Quelly da Silva: O nome da travesti que foi assassinada e teve o coração arrancado. *Portal Geledés*, São Paulo: 25 jan. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quelly-da-silva-o-nome-da-travesti-que-foi-assassinada-e-teve-o-coracao-arrancado/>. Acesso em: 29 de nov. 2024.

MARIANO, Silvana (coord.). *Informe: Feminicídios no Brasil 2023: Monitor de Feminicídios no Brasil* [livro eletrônico]. Londrina, PR: Ed. dos Autores, 2024. PDF. Disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/wp-content/uploads/2024/03/Informe-Feminicidios-no-Brasil-2023-para-publicacao.pdf>. Acesso em: 2 set. 2024.

MARIANO, Silvana; SOUZA, Márcio Ferreira de. E quando a vítima é “prostituta”? Tensões para a resposta judicial na aplicação da Lei do Feminicídio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 21., 2023, Belém. *Anais Eletrônicos Grupos de Trabalho e Comitês de Pesquisa*, Belém, 2023. v. 1. p. 1-21. Disponível em: https://www.sbs2023.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUio3M6MjoiOTQiO3oiO3M6MToiCI7czozMjoiMTI3MTI4N2EzY2QwYmFiMWIzYjBmMzQyOTk4NGFkNDliO30%3D&ID_ACTIVIDADE=94.

MPCE. Caso Dandara: acusado de participação no crime é condenado a 16 anos de prisão. *Ministério Público do Estado do Ceará* [Portal], 23 out. 2018. Disponível em: <https://mpce.mp.br/2018/10/caso-dandara-acusado-de-participacao-no-crime-e-condenado-16-anos-de-prisao/>. Acesso em: 29 nov. 2025.

RAMOS, Emerson Erivan de Araújo. Transfeminicídio: genealogia e potencialidades de um conceito. *Revista Direito e Práxis*. V.13, n.2, p. 1074-1096, abr./jun. 2022.

REIS, Gabriel. Celular resetado, namoro e dívida: família de trans assassinada revela como era o relacionamento dela com o principal suspeito do crime. *G1 Triângulo e Alto Paranaíba* [Portal], MG, 08 maio 024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2024/05/08/celular-resetado-namoro-e-divida-familia-de-trans-assassinada-revela-como-era-o-relacionamento-dela-com-o-principal-suspeito-do-crime.ghml>. Acesso em: 28 nov. 2024.

REMEMBERING OUR DEAD. Quelly da Silva (“Jeninha”). *Remembering Our Dead* [site], UK: 22 jan. 2019. Disponível em: https://tdor.translivesmatter.info/reports/2019/01/21/quelly-da-silva-jeninha_campinas-sao-paulo-brazil_addd1f7c. Acesso em: 29 nov. 2024.

SBT NEWS. Mulher trans é agredida com rasteira em rua de Uberlândia (MG). [vídeo online], 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=RrQ33NE5vo4>. Acesso em 11 out. 2024.

SEGATO, R. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 29, n.2, maio-ago. 2014.

SEGATO, Rita. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

TV INTEGRAÇÃO, G1 TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. Vídeo: transexual é agredida na rua em Uberlândia; ataque foi filmado por colegas do agressor. *G1 Triângulo e Alto Parnaíba* [Portal], 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/10/21/video-transexual-e-agredida-na-rua-em-uberlandia-ataque-foi-filmado-por-colegas-do-agressor.ghtml>. Acesso em 11 out. 2024.